RESUMO EXPANDIDO

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E SANITÁRIA, CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E DETERMINAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA SAÚDE: ENSAIO TEÓRICO-CRÍTICO

Área Temática: Atenção à Saúde.

Concorrer à premiação: Sim (X) Não ( )

Francisco Regis da Silva[1]
José Edmilson Silva Gomes[2]
Antônio Diego Costa Bezerra[2]
Simone Batista Carvalho Lira[2]
Roberta Duarte Maia Barakat[2]
Antônio Rodrigues Ferreira Júnior[3]

INTRODUÇÃO

O constante processo de desenvolvimento e expansão do sistema capitalista condiciona a vida humana em todas as suas esferas. Desde os seus primeiros resquícios e raízes, o sistema carrega consigo diversas modificações nas relações sociais. Após os desdobramentos da Revolução Industrial e Científica, o modo de produção capitalista apresentou ao mundo uma nova dinâmica nas relações de produção de mercadorias e consumo, isso porque promove e impulsiona os processos sociais de urbanização, globalização, imigração e industrialização.[1]

A crise estrutural pode levar o capital a sua própria aniquilação, como resultado de seu metabolismo irracional e incorrigivelmente destrutivo; o problema é que, junto com ele, toda a humanidade pode igualmente sucumbir. Na atualidade, os aspectos de destruição do planeta, da construção contínua de um arsenal destinado à aniquilação dos seres vivos, em contradição com a ausência do atendimento a diversas necessidades básicas, é uma perversa. Como esta sociedade permanece sendo o lar das mercadorias e não dos seres humanos, a guerra, a fome e a destruição das bases materiais de vida humana convivem na casa em que os pais são o capital e a burguesia realidade.[2]

[1] Doutorando em Saúde Coletiva do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva (PPSAC) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: regisfrs.silva@uece.br
[2] Doutorandos em Saúde Coletiva do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva (PPSAC) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).
[3]Pós-Doutor em Saúde Coletiva (UNIFOR). Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Nesse contexto, torna-se evidente que os desafios contemporâneos não podem ser compreendidos de forma isolada. A crise estrutural do capital e a emergência climática, longe de fenômenos distintos, estão profundamente entrelaçadas retroalimentando-se mutuamente. Ambas refletem um sistema que prioriza o capital em detrimento da vida, gerando impactos sociais e ambientais profundos. Enfrentá-los requer ações articuladas e a superação de paradigmas que naturalizam desigualdades e a degradação ambiental.[3,2]

OBJETIVO

Este ensaio teórico-crítico tem como finalidade problematizar acerca dos possíveis caminhos para enfrentar a emergência climática e sanitária, considerando a crise estrutural do capital, na perspectiva da determinação socioambiental da saúde.

MÉTODO

Este ensaio teórico-crítico de natureza qualitativa, de caráter exploratório e analítico, fundamenta-se em uma revisão crítica da literatura para investigar as complexas interconexões entre a emergência climática e sanitária, a crise estrutural do capital e a determinação socioambiental da saúde. A metodologia se desdobrará em levantamento bibliográfico, análise teórica, articulação conceitual crítica e sistematização, utilizando um referencial materialista histórico e dialético para desvelar as raízes estruturais dos desafios contemporâneos e fortalecer a compreensão da determinação social e ambiental da saúde.[2,4]

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A crise estrutural do capital manifesta-se de maneira multifacetada, evidenciando-se na estagnação econômica, agravamento das desigualdades sociais, precarização das relações de trabalho e na recorrente instabilidade do sistema financeiro. Essas manifestações não são acidentais, mas sim expressão direta das contradições internas e sistêmicas do capitalismo, cuja lógica é orientada pela incessante busca por lucros, pela exploração intensiva de recursos naturais e pela concentração do poder econômico e político nas mãos de poucos.[5]

A crise do capital impulsiona a elevação dos níveis de desemprego e desigualdade social e segrega parcelas imensas da população do consumo de produtos básicos, como alimentos, água potável, serviços de saúde, condições de moradia, entre outros. Diante disso, aqueles com

poder de compra, precisam consumir mais para manter de forma acelerada o circuito produtivo ampliado do capital, ainda que isso signifique formas perdulárias de consumo.[6]

A emergência climática aprofunda a crise estrutural ao evidenciar os limites ambientais do modelo civilizatório atual. O aquecimento global, os eventos extremos e o avanço dos oceanos decorrem, em grande parte, das emissões de gases de efeito estufa causadas por combustíveis fósseis, desmatamento e agroindústria intensiva.[7]

Diante desse cenário crítico, torna-se urgente adotar uma agenda abrangente e integrada de transformação socioambiental, capaz de articular respostas sustentáveis, justas e democráticas. A transição para uma economia ecológica constitui uma das frentes mais relevantes. Entre as ações estratégicas necessárias, destacam-se a substituição progressiva dos combustíveis fósseis por fontes renováveis, o investimento em eficiência energética nos setores industrial, de transportes e na construção civil, bem como a adoção de modelos produtivos circulares, que priorizem a reutilização, a reciclagem e a compostagem de resíduos.[4]

Justiça social e redução da desigualdade

Políticas públicas: implementar políticas que promovam a distribuição de renda, a igualdade de oportunidades e o acesso a serviços básicos, como saúde, educação e saneamento; Valorização do trabalho: garantir salários justos, condições de trabalho seguras e o direito à organização sindical; Combate à pobreza: criar programas sociais que atendam às necessidades básicas da população mais vulnerável.

Fortalecimento da democracia e da participação social

Transparência: garantir a transparência na gestão pública e a participação da sociedade civil nas decisões políticas; Empoderamento: fortalecer as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais, que lutam por direitos e por um futuro mais justo e sustentável; Educação: investir em educação para a cidadania crítica (Freiriana) e para a promoção de valores como a solidariedade, a igualdade e o respeito ao meio ambiente.

Cooperação internacional

Acordos climáticos: fortalecer os acordos internacionais para a redução das emissões de gases de efeito estufa e a adaptação aos impactos da mudança climática; Ajuda financeira: os países desenvolvidos devem fornecer apoio financeiro e tecnológico aos países em desenvolvimento para a transição para uma economia sustentável; Cooperação científica:

promover a cooperação científica e tecnológica entre os países para o desenvolvimento de soluções inovadoras para os desafios da crise estrutural do capital e da emergência climática.

O "bem viver" é um conceito complexo e abrangente, originário das cosmovisões dos povos indígenas da América Latina, especialmente dos Andes. Ele vai muito além de uma simples tradução como "viver bem", representando um sistema de valores e práticas que buscam a harmonia entre os seres humanos, a natureza e o cosmos.[8]

São principais características do bem viver[8]: a) Comunidade: O bem viver valoriza a vida em comunidade, a solidariedade e a reciprocidade nas relações sociais. A importância do coletivo se sobrepõe ao individualismo; b) Natureza: A natureza é vista como parte integrante da comunidade, e não como um recurso a ser explorado. Relação de respeito e equilíbrio com o meio ambiente; c) Espiritualidade: A espiritualidade está presente em todas as dimensões da vida, conectando os seres humanos com o cosmos e com a *Pachamama* (Mãe Terra); d) Territorialidade: O território é fundamental para a identidade e a cultura dos povos indígenas. O bem viver defende o direito à terra e à autonomia dos povos; e) Diversidade: O bem viver reconhece e valoriza a diversidade cultural, social e biológica.

O bem viver como alternativa ao desenvolvimento

O bem viver se apresenta como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento ocidental, baseado no crescimento econômico ilimitado e no consumo. Ele propõe um modelo de vida mais sustentável, justo e harmonioso, que prioriza o bem-estar das pessoas e da natureza.[8]

O conceito de bem viver tem inspirado movimentos sociais e políticos em todo o mundo na construção de sociedades mais justas, sustentáveis e harmoniosas. Essa perspectiva reforça que a transformação necessária diante da crise estrutural do capital e da emergência climática não depende apenas de ações governamentais ou empresariais, mas também do engajamento individual. Cada pessoa pode contribuir adotando práticas de consumo consciente, economizando energia e água, separando o lixo para reciclagem, utilizando transporte público ou bicicleta e participando de iniciativas em defesa do meio ambiente e da justiça social. Esses desafios complexos exigem ações urgentes e coordenadas, e, ao atuarmos coletivamente, é possível construir um futuro mais justo, sustentável e próspero para todos.[8,2]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente problematização, tornou-se evidente a profunda interdependência entre a exploração desenfreada dos recursos naturais, a intensificação das desigualdades sociais e a precarização das condições de vida e trabalho, fatores que, em conjunto, impactam de maneira desproporcional a saúde das populações mais vulneráveis. Tais processos não são isolados, mas estão inseridos em uma lógica sistêmica de reprodução das desigualdades, que vincula a degradação ambiental às assimetrias estruturais do modelo capitalista contemporâneo.

Nesse contexto, a superação de uma concepção restrita e individualizada de saúde, centrada em um paradigma biomédico e curativista, mostra-se fundamental. Torna-se necessário adotar uma abordagem ampliada, intersetorial e territorializada da saúde, que reconheça as múltiplas determinações sociais, econômicas e ambientais do adoecimento. Essa perspectiva é ainda mais urgente diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas globais e pelas recorrentes crises sanitárias, tanto em escala mundial quanto no contexto brasileiro.

A crise estrutural do capital, marcada pela lógica de acumulação incessante e pela priorização do lucro em detrimento da vida, impulsiona a degradação dos ecossistemas e a perpetuação das desigualdades sociais. Nesse sentido, os caminhos para enfrentar, de forma estrutural e duradoura, tanto a emergência climática quanto as crises sanitárias passam por uma profunda transformação das relações sociais, econômicas e políticas, incluindo o fortalecimento dos sistemas públicos universais de saúde, a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional, a universalização do acesso à água potável e ao saneamento básico, a valorização do trabalho digno e a efetivação de políticas de justiça ambiental.

Portanto, a luta contra a emergência climática e sanitária é uma luta pela vida, pela dignidade e pelo futuro da humanidade. É uma luta que exige a participação ativa de todos os setores da sociedade, a construção de alianças e a mobilização em defesa de um mundo mais justo e sustentável.

Palavras-chave: Mudança Climática; Determinação Social da Saúde; Meio Ambiente e Saúde.

REFERÊNCIAS

[1]Harvey D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume; 2005. 252 p.

[2]Mészáros I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo; 2002.

[3]Wallace R. Big farms make big flu: dispatches on infectious disease, agribusiness, and the nature of science. New York: Monthly Review Press; 2016.

[4]Wallace R, Fontes V, Barreto ES, Pessoa A. Crise Estrutural do Capital e Emergência Climática na perspectiva da Determinação Socioambiental da Saúde. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oSAyrqyxu6A&t=6057s. Acesso em: 15 jun. 2025.

[5]Ceolin GF. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. Serviço Social & Sociedade. 2014;118:239-64.

[6]Barros A. Crise estrutural do capital e a destruição ambiental. Interfaces Científicas - Humanas e Sociais. 2013;1(3):21-31.

[7]Onu. Mudança do clima 2023 relatório síntese. Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima; 2023.

[8]Acosta A. O bem viver. Editora Elefante; 2016. 264 p.